



**Relato da reunião ordinária e ampliada  
do CD EPSJV  
26 de fevereiro de 2021**

PAUTA

**Processos de blindagem da EPSJV**

A Direção fez um breve relato para lembrar a todos sobre a situação do processo de blindagem do prédio da EPSJV, desde 2017, até o momento atual. Foi lembrado que, desde então, já houve três tentativas de licitação, todas sem sucesso, e, com isso, a Presidência da Fiocruz optou por fazer uma contratação direta em regime de urgência. A contratação também não teve êxito, por falta de empresas interessadas, e a Fiocruz, então, foi orientada pela Controladoria Geral da União (CGU) a fazer mais uma tentativa de licitação, que também fracassou, pois há uma incapacidade das empresas em executar a proteção balística e fazer as obras necessárias para a instalação dos brises. Diante da disso, a Cogic reformulou o projeto, incluindo na mesma licitação o serviço de engenharia e a proteção balística.

Alessandro Timóteo, coordenador de Projetos do Departamento de Arquitetura e Engenharia (DAE) da Cogic, participou do CD EPSJV para explicar como será feita a nova licitação. Ele explicou que a opção pelos brises, paralelos às janelas, se deu pelo fato de não ser possível blindar a janela sem prejudicar a ventilação do prédio e também devido ao peso que a proteção balística diretamente nas janelas acarretaria para a estrutura do prédio.

Ele informou que a nova licitação inclui a instalação dos brises metálicos, a proteção balística e a restauração estrutural do prédio do almoxarifado. Alessandro ressaltou que a parceria com a EPSJV será muito importante para a logística durante a obra e que o prédio do almoxarifado precisará ser desocupado para a execução dos serviços no local.

A arquiteta Cristina Ribeiro, da Cogic, fez uma apresentação ao CD EPSJV para explicar o escopo da obra. Ela informou que, no prédio principal da Escola, será feita a proteção balística na fachada principal e, nas fachadas internas, a instalação de pontos de ancoragem e sistema de linha de vida, a instalação de venezianas metálicas nas passarelas da biblioteca no segundo andar e a pintura das muretas internas.

No prédio do almoxarifado, oficina e subestação será feito o reforço estrutural na viga do prédio, abertura de ventilação na subestação e a instalação dos pontos de ancoragem. No pátio circular, haverá a troca das telhas e limpeza das calhas, além da instalação dos pontos de ancoragem. Nos prédios da biblioteca, auditório e castelo d'água, serão instalados os pontos de ancoragem e as linhas de vida, procedimentos exigidos pela NR 35.

Na fachada principal, haverá uma proteção de aço balístico nível 3 nos brises, que serão instalados sobre uma nova fachada sobreposta à fachada atual, distante

cerca de 50 cm, pois a estrutura da Escola não suportaria o peso das placas de proteção balística.

No acesso principal da Escola, a porta que existe atualmente será removida e o acesso passará a ser em dois níveis, com uma porta de cada lado, em vidro e aço blindado. Em parte do corredor do terceiro andar, será instalado um vidro com proteção balística, acima da mureta, mas sem atingir o teto, para manter a ventilação.

Cristina explicou que o canteiro de obras será instalado no final da rua e no estacionamento em frente à Escola e destacou também que o prédio do almoxarifado precisará ser desocupado para a obra no local.

A arquiteta informou que o custo total da obra será de R\$ 9,3 milhões e que o prazo estimado para a execução dos serviços é de nove meses, com início previsto para maio de 2021. A expectativa é que até o final de março de 2021, a licitação esteja concluída.

A coordenadora do Latec perguntou se, com a instalação dos brises, a ventilação nas salas será prejudicada. E a coordenadora do Lic-Provoc perguntou se os trabalhadores que irão executar as obras ficarão alojados na Escola.

A chefe de gabinete explicou que, por causa da pandemia, atualmente, não é possível usar o ar-condicionado e que, portanto, as portas e janelas das salas devem ficar abertas, proporcionando a circulação de ar. Mas, ela ressaltou que, com isso, não há um conforto térmico adequado nos ambientes e que, com a blindagem, a tendência é de aumento na temperatura interna das salas e corredores. Por conta disso, a chefe de gabinete vem conversando com a Cogic para pensar melhorias em relação ao conforto térmico e às trocas de ar nas salas com a instalação da blindagem, garantindo a segurança dos ambientes em relação à transmissibilidade do coronavírus. Ela informou ainda que, nas próximas semanas, será realizada uma reunião com os trabalhadores da EPSJV para informar sobre essa e outras questões relacionadas à pandemia.

A chefe de gabinete disse também que será feito um cronograma, quando houver a previsão de início efetivo da obra, para que sejam feitas as desocupações necessárias dos espaços da Escola.

Cristina informou que os trabalhadores da obra não ficarão alojados na EPSJV e que ocuparão o canteiro de obras apenas durante o dia. Em relação à circulação desses trabalhadores dentro do prédio da EPSJV, ela disse que essa dinâmica será organizada em conjunto com a fiscalização da obra, como sempre acontece, mas com cuidado ainda maior devido ao momento pandêmico.

Sobre a circulação de ar, Cristina disse que, como haverá uma chapa metálica cobrindo toda a fachada da Escola, a ventilação interna do prédio não será a mesma e que mesmo havendo um espaço para a circulação de ar, a obra vai trazer mais calor para as salas.

No caso da biblioteca e do auditório, a arquiteta lembrou que eles possuem um sistema de ar central, que permite a troca do ar interior com o ambiente externo, possibilitando o controle de temperatura e umidade desses locais. Ela disse ainda que os laboratórios de práticas, usados pelo Latec e pelo Labman, possuem um sistema de exaustão, que também promove a troca de ar.

A chefe de gabinete lembrou que nesses ambientes (laboratório, biblioteca e laboratórios) o ar-condicionado pode ser usado, pois existe a troca de ar com o ambiente externo.

André Malhão (Lateps) ressaltou que é importante proteger os trabalhadores, mas registrou que discorda do projeto, pois considera que a blindagem só protege quem está dentro das salas e não resolve o problema de segurança no entorno da Fiocruz. Disse ainda que, neste momento de pandemia, é importante pensar que o arejamento da Escola será bem prejudicado, reduzindo a renovação de ar nas salas.

A coordenadora do Lateps questionou se a proposta estava fechada e se, mesmo no contexto da pandemia, ela seria levada adiante pelo CD EPSJV. Ela ressaltou que a decisão pela blindagem foi tomada há quatro anos e que a crise de segurança pública no território de Manguinhos que acontecia naquela época não voltou a se repetir. Ela destacou que nada garante que a situação não possa voltar a se repetir, mas disse que considerava importante que o CD EPSJV se questionasse sobre a pertinência da blindagem neste momento.

A Direção ressaltou que, historicamente, a Escola sempre foi contra a blindagem, mas que a amplificação da violência no território acabou por levar a essa decisão. A Direção lembrou que, enquanto houver pandemia, a EPSJV irá conviver com dois planos de contingência, o da Segurança, que prevê aglomeração em caso de tiroteios, pois todos devem se abrigar no pátio interno; e o da Covid-19, que preconiza o distanciamento entre as pessoas. Portanto, a Direção considera que a blindagem poderá ajudar nisso, pois, ao ser realizada, não será preciso deixar as salas de aula e de trabalho.

Sobre a aprovação da instalação da blindagem no prédio da EPSJV, a Direção disse que isso foi feito na gestão anterior da Escola e que a Direção atual estava dando continuidade ao processo.

André Malhão sugeriu então que, sendo a blindagem inevitável, seja feito um projeto de renovação e filtragem de ar para as salas da EPSJV.

Cristina disse que já está no planejamento da Cogic a elaboração de um sistema central de renovação de ar para a EPSJV.

### **Demandas prioritárias de realização de atividades presenciais de ensino na Escola**

A Direção relembrou que, desde o segundo semestre de 2020, o CD EPSJV vem discutindo as demandas de retorno das atividades presenciais de Ensino para alguns cursos como o 4º ano de Análises Clínicas, o Curso Técnico de Radioterapia e o Curso Técnico de Citopatologia.

A Direção observou que a situação é complexa, diante da realidade sócio-sanitária, mas que é preciso pensar no caráter educacional e discutir as ações prioritárias no contexto pandêmico, tentando encontrar um consenso institucional para definir o que a Escola pode oferecer neste momento aos seus estudantes.

Na avaliação da Direção, não há possibilidade de retornar integralmente ao ensino presencial no primeiro semestre de 2021, mas é possível que algumas atividades sejam retomadas como já vem sendo debatido pelo CD EPSJV.

Entre as atividades, está a possibilidade de estudantes em maior vulnerabilidade social usarem as salas 114, 115 e 116 e as tendas da Praça Luiz Fernando Ferreira

para acessarem as aulas online. Outras demandas são o planejamento para a realização de estágios e atividades práticas para o 4ª ano de Análises Clínicas e a retomada dos cursos realizados pela EPSJV em parceria com o Instituto Nacional do Câncer (INCA).

A Direção informou que na reunião do CD Fiocruz, realizada no dia 25 de fevereiro, foi definido que as aulas dos cursos de pós-graduação continuarão a ser realizadas de forma remota, mas que outras atividades educacionais da instituição, como a educação básica, que tem suas especificidades, devem ser pensadas caso a caso, assim como as atividades de Iniciação Científica.

O vice-diretor de Ensino disse que, durante todo o período da pandemia, vem acompanhando o processo de negociação das coordenações dos cursos realizados em parceria com o INCA sobre a retomada das atividades presenciais.

Em relação ao Curso de Radioterapia, ele relatou que o colegiado do Labman, que abriga a coordenação do curso, avalia que já há condições suficientes para o retorno das atividades presenciais nas dependências do INCA. Foi informado que o INCA irá fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para todos os 10 alunos do curso, que ficarão instalados no alojamento do Instituto, seguindo todas as recomendações sanitárias. O vice-diretor ressaltou ainda que, como muitos desses alunos, integram a linha de frente no combate à Covid-19, eles estão sendo vacinados em seus locais de trabalho, o que garantiria uma maior proteção a eles. Ele disse ainda que a coordenação do curso já encaminhou à VDEI um plano de retorno às atividades pedagógicas.

Em relação ao Curso de Citopatologia, o vice-diretor de Ensino disse que a pandemia trouxe uma grande desintegração do corpo docente, pois diversos professores foram afastados do INCA ou transferidos para funções de assistência. Com isso, a coordenação do curso considera que não há condições para a retomada da formação neste momento.

O coordenador do Labman e do Curso de Radioterapia lembrou que essa é a sexta turma realizada em parceria com o INCA e que as atividades de formação foram interrompidas porque o Instituto suspendeu os estágios em suas dependências em 2020, pois não tinha como garantir a segurança sanitária dos alunos.

Durante a suspensão das atividades presenciais, foram realizadas atividades remotas com os alunos, mas, agora, há a necessidade de que sejam realizadas as atividades de estágio. A coordenação do curso, em conversa com o INCA, verificou que há condições estruturais para o retorno dos estudantes e, diante disso, solicitou ao CD EPSJV que autorize o retorno das atividades presenciais do curso, lembrando que esses profissionais técnicos são fundamentais para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Leandro Medrado (Lateps), coordenador do Curso de Citopatologia, disse que as medidas de segurança sanitária para a retomada das atividades presenciais do curso ainda não foram tomadas pelo INCA, não havendo um espaço adequando para receber os alunos para as atividades práticas. Ele disse ainda que, por questões internas do Instituto, o corpo docente do curso conta hoje com apenas quatro professores, sendo que um deles está de licença. Além disso, os que estão na ativa, precisam se dividir entre as aulas e outras atividades.

Leandro informou que a coordenadora do curso por parte do INCA disse que é inviável o retorno neste momento, pois não há corpo docente suficiente para acompanhar os alunos.

A representante do Lires solicitou esclarecimentos sobre os critérios que foram usados pela Direção para definir as demandas prioritárias do Ensino.

A coordenadora do Lic-Provoc também perguntou sobre os critérios de prioridade e se o INCA vai vacinar os docentes da EPSJV que irão atuar no Instituto, acompanhando os alunos do Curso de Radioterapia.

O coordenador do Labman esclareceu que o INCA está vacinando os docentes do Instituto e que também pretende vacinar os discentes, mas que os professores da EPSJV não têm sua vacinação assegurada.

A Direção informou que as demandas apresentadas são de atividades essenciais para a conclusão desses cursos e que se não forem realizadas significariam concluir os cursos sem realizar as atividades práticas. E acrescentou que, no caso dos estudantes em maior situação de vulnerabilidade, a questão é que o que a Escola ofereceu até agora não foi suficiente para que eles realizem suas atividades de ensino. Além disso, para atendê-los não seria necessário que nenhum trabalhador, além dos que já estão indo à Escola, fosse para a EPSJV.

A representante do Lires disse que o laboratório identifica que outras atividades de ensino também deveriam ser consideradas como prioritárias, como o Curso de Doulas, e que também deveriam ser incluídas em uma discussão mais ampla das demandas prioritárias. A Direção disse que, se o Lires tem uma demanda, também deve trazê-la ao CD EPSJV para discussão.

A coordenadora do Latec disse que na reunião promovida pela Escola com os estudantes e responsáveis do 4º ano de Análises Clínicas, foi explicado pela Direção e a Cogetes sobre a dificuldade em realizar aulas práticas presenciais por causa da pandemia e que os responsáveis apoiaram a decisão da EPSJV e parabenizaram a Escola pela postura com os alunos.

A Direção sugeriu que o CD EPSJV começasse a deliberar sobre as demandas já apresentadas. A coordenadora do Lic-Provoc ponderou que nem todas as decisões fossem tomadas naquela reunião, pois os membros do CD EPSJV não tinham conhecimento de todas as demandas que seriam discutidas e, portanto, não puderam debater sobre elas em seus laboratórios. A representante do Lires concordou com a coordenadora do Lic-Provoc e acrescentou que outras demandas prioritárias deveriam ser incluídas no debate.

O vice-diretor de Ensino propôs que o CD EPSJV deliberasse sobre as demandas já apresentadas, caso a caso, de acordo com as especificidades de cada uma.

A coordenadora do Lateps lembrou que os coordenadores são representantes delegados pelos laboratórios e têm plenas condições de tomar as decisões. Ela destacou que é um momento de crise, no qual o CD EPSJV deve permanecer em convocação permanente, decidindo em tempo real. Lembrou ainda que a questão da retomada das atividades presenciais vem sendo discutida no CD EPSJV desde agosto de 2020 e que a decisão precisa ser tomada. A coordenadora do Lateps sugeriu que as demandas fossem apreciadas uma a uma e defendeu a legitimidade dos coordenadores para tomar as decisões naquela reunião.

O coordenador do Labman lembrou que na reunião anterior do CD EPSJV, no dia 11 de fevereiro, já havia sido solicitado que a discussão retornasse aos colegiados e assim foi feito. Agora, era o momento de tomar as decisões, diante dos fatos apresentados ao CD EPSJV, para dar os encaminhamentos necessários a cada caso.

A Direção reforçou os argumentos das coordenações do Lateps e do Labman e disse que agora era preciso que o CD EPSJV tomasse as decisões.

A coordenadora do Lic-Provoc disse que algumas das informações apresentadas na reunião estavam sendo conhecidas pelos coordenadores pela primeira vez, por isso, não havia sido discutidas nos colegiados. Mas, disse que se o CD EPSJV já se considerava esclarecido para votar, então, iria deliberar sobre os temas.

Páulea Zaquini (Lic-Provoc) disse que na reunião anterior do CD EPSJV, no dia 11 de fevereiro, foi definido que na próxima reunião do Conselho seria feita uma avaliação do quadro epidemiológico do Rio de Janeiro. Ela ressaltou que achava difícil avançar nas discussões sobre o retorno das atividades presenciais sem contemplar a questão epidemiológica.

Em seguida, o CD EPSJV deliberou sobre a retomada das atividades presenciais do Curso de Radioterapia, com o seguinte resultado:

A favor do retorno - 4 votos (Lateps, Labman, Direção e Grêmio Estudantil)

Contra o retorno - nenhum voto

Abstenção - 7 votos (Latec, Labgestão, Labform, Laborat, Lavsa, Lires e Lic-Provoc)

Na sequência, o CD EPSJV deliberou sobre a retomada das atividades presenciais do Curso de Citopatologia que, conforme explicado pelo coordenador, não são possíveis de acontecer neste momento. O CD EPSJV, então, deliberou sobre a posição apresentada pelo coordenador, com o seguinte resultado:

De acordo - 10 votos (Labform, Laborat, Direção, Latec, Lires, Lateps, Lic-Provoc, Labgestão, Lavsa e Labman)

Contra - nenhum voto

Abstenção - 1 voto (Grêmio Estudantil)

Páulea Zaquini (Lic-Provoc) reforçou novamente que considerava importante discutir com clareza o quadro epidemiológico atual e também sobre quais seriam os trabalhadores que teriam que voltar ao trabalho presencial para que os alunos da EPSJV voltassem a ter atividades práticas na Escola.

A coordenadora do Laborat disse que o laboratório considera que nenhum trabalhador deve voltar às atividades presenciais sem se sentir seguro e que, em sua avaliação, as possibilidades de retorno devem ser analisadas a partir do quadro epidemiológico do Rio de Janeiro.

O vice-diretor de Ensino disse que é importante pensar o papel da Escola e que condições ela tem de atender às necessidades dos alunos. Ele lembrou que, principalmente a partir do segundo semestre de 2020, diversos trabalhadores, inclusive ele, estão indo à EPSJV para exercer atividades presenciais e que, se o CD EPSJV considera que a Escola não tem condições de receber os alunos para algumas atividades excepcionais, então também deve discutir sobre outras atividades presenciais na unidade. Ele destacou que todos se sentem inseguros, pois sempre há um risco, mas que vão até à Escola para contribuir com as necessidades institucionais. Por fim, ele ressaltou que a discussão é difícil, mas que tem que ser feita.

A coordenadora do Latec disse que o laboratório concorda com a volta das atividades presenciais, desde que a pandemia esteja controlada. Ela ressaltou que o Brasil está no pior momento da pandemia, sem medidas efetivas de contenção, com a circulação de novas variantes do coronavírus e escassez de vacinas.

A coordenadora do Latec afirmou que os alunos de Análises Clínicas estão fazendo aulas práticas de forma remota e que os professores do Latec se sentem frustrados em não poderem dar aulas presenciais neste momento.

Brenda Gomes (estudante do 4º ano de Análises Clínicas) disse que, na reunião com alunos e seus responsáveis, os pais concordaram com a posição contrária da EPSJV contra uma festa de formatura, de caráter particular, que estava sendo organizada pelos alunos. Mas, em relação à realização de aulas práticas presenciais para o 4º ano de Análises Clínicas, Brenda disse que a maioria dos responsáveis considera que a Escola tem condições para receber os estudantes em segurança.

A estudante reforçou que as aulas práticas são muito importantes para a formação dos alunos e que apenas as aulas remotas não são suficientes para a conclusão do curso.

Maria Luiza Seabra (estudante do 4º ano de Análises Clínicas) confirmou as falas de Brenda sobre a reunião com os responsáveis e lembrou ainda que o Grêmio Estudantil fez uma pesquisa, que foi apresentada ao CD EPSJV no dia 11 de fevereiro, na qual 25 dos 26 responsáveis são favoráveis ao retorno presencial dos alunos. Ela disse ainda que a aula prática remota é uma contradição em si mesma e que as aulas que os alunos têm hoje, apesar de serem boas, não são suficientes para que concluam sua formação em Análises Clínicas, pois a prática e o estágio não estão sendo realizados.

Maria Luiza reafirmou o posicionamento apresentado por ela na reunião anterior do CD EPSJV que os alunos do 4º ano de Análises Clínicas se formarão em um contexto complexo, sem perspectiva de emprego e sem uma formação completa.

Tainah Silva (Latec) perguntou se o CD EPSJV deveria deliberar sobre o caso da aluna Vitória Sousa, do 4º ano de Biotecnologia, que conseguiu, por iniciativa própria, uma vaga de estágio em Bio-Manguinhos, mas que aguarda decisão da Escola sobre se pode ou não fazer o estágio, tendo em vista que a EPSJV não está oferecendo estágio aos alunos do 4º ano, por conta da pandemia. Tainah explicou que a estudante mora na Maré e vai caminhando para a Fiocruz, sem a necessidade de usar transporte público, e que Bio-Manguinhos está oferecendo EPIs para os estagiários desenvolverem suas atividades. Disse ainda que Bio-Manguinhos garantiu a contratação da estudante ao final do estágio, o que lhe garantiria uma vaga de trabalho. Ela solicitou que o caso de Vitória fosse tratado como uma excepcionalidade e perguntou se o CD EPSJV deliberaria sobre o caso ou se a coordenação da habilitação poderia decidir a questão em conjunto com a Cogetes.

Tainah informou ainda que a coordenação da habilitação se reuniu, em novembro de 2020, com a Direção de Bio-Manguinhos e foi informada que a unidade está disposta a receber os alunos da EPSJV para estágio, oferecendo todas as condições de segurança.

André Malhão (Lateps) observou que o momento é grave, mas que é preciso ter cautela nas discussões. Em sua avaliação, se a EPSJV considera a situação tão grave que não permite o retorno das atividades presenciais, então, é preciso interagir com toda a Fiocruz sobre isso e subsidiar um posicionamento da instituição contra o retorno de todas as escolas.

Ele disse ainda que as decisões têm que ser estratificadas e que considera que os coordenadores de estágio e das aulas práticas têm todas as condições de definir quais atividades são necessárias para a formação dos alunos e que o Latec, que trata de questões de biossegurança, pode dar as soluções necessárias para a segurança dos alunos no caso da realização de aulas presenciais.

André Malhão ressaltou que a Fiocruz não parou durante a pandemia e que as atividades consideradas essenciais continuaram a ser realizadas presencialmente. Ele disse que alguns cursos precisam, necessariamente, de atividades presenciais, que não podem ser substituídas por atividades remotas. Destacou ainda que as aulas práticas são essenciais e que não podem ser suprimidas na formação dos alunos.

André Malhão ressaltou que a situação é difícil, mas que a Escola tem grupos técnicos capazes de pensar soluções para que as atividades ocorram com o menor risco possível para os alunos. Ele destacou que a pandemia não está na governabilidade da Escola, mas que é preciso tomar uma decisão sobre a formação dos alunos que estão sob a responsabilidade da EPSJV.

A Direção informou que seria publicada uma portaria da Presidência da Fiocruz, aprovada no dia 25 de fevereiro pelo CD Fiocruz, sobre a vigência do ensino remoto emergencial, que recomenda "que a realização de atividades de ensino de caráter prático que se configurem como atividades essenciais, conforme diretrizes do Plano de Convivência da Fiocruz, ou fundamentais para a conclusão dos processos de formação (sem a possibilidade de substituição por atividades remotas), inclusive estágios de alunos na assistência ou em laboratórios, sigam estritamente as recomendações do Plano de Convivência da Fiocruz e as normas de biossegurança de cada unidade, incluindo uso de equipamentos de proteção individual, adequação de condições ambientais, reforço de medidas de higiene e limpeza e adoção de regime de rodízio para assegurar o distanciamento físico, sempre que necessário e pertinente".

O coordenador do Labform disse que o laboratório não tem um corpo técnico de especialistas em epidemiologia, mas considera importante sistematizar o processo de discussão sobre o cenário epidemiológico para definir com clareza em quais condições pode acontecer o retorno das atividades presenciais.

A coordenadora do Laborat perguntou se o estágio em Bio-Maguinhos substituiria as aulas práticas de Helminologia para os alunos do 4º ano de Análises Clínicas.

A Direção explicou que são questões diferentes. Na reunião com a Direção de Bio-Manguinhos, no final de 2020, foi perguntado se a EPSJV teria estudantes para fazer estágio em Bio-Manguinhos, com a possibilidade de eles serem empregados ao final do processo. Já no caso da aluna Vitória, ela se candidatou individualmente e, agora, solicita que a Escola considere o estágio para a carga horária obrigatória de estágio curricular.

Mônica Murito (Latec), coordenadora de estágio da habilitação de Análises Clínicas, esclareceu que a EPSJV vem conversando, desde 2020, com outras unidades da Fiocruz, com as quais a Escola tem parceria para o estágio curricular dos estudantes, e também com outros parceiros externos, para discutir as possibilidades de estágio neste momento de pandemia, inclusive a possibilidade de um estágio híbrido. Em janeiro de 2021, Mônica voltou a consultar as unidades da Fiocruz e foi informada que elas não poderiam receber estagiários, nem no formato híbrido, pois, por causa da pandemia, houve redução da quantidade de pessoas que podem trabalhar ao mesmo tempo nos laboratórios e setores.

Ela ressaltou ainda que a coordenação tem feito todo o esforço possível para verificar as possibilidades de estágio, mas que não podem colocar estudantes para fazer estágio em locais que são linha de frente da Covid-19. Mônica sugeriu que a Direção da EPSJV negocie com outras unidades da Fiocruz para tentar assegurar as 150 horas de estágio curricular obrigatórias para a formação dos estudantes.



A Direção disse que é preciso verificar cada caso individualmente, seguindo também as orientações da portaria da Fiocruz sobre a realização de atividades presenciais de Ensino.

A coordenadora do Latec ressaltou que, atualmente, não há laboratórios na Fiocruz dispostos a receber os alunos da EPSJV para estágio. Ela disse que o Latec é a favor da volta das atividades presenciais, desde que em condições de segurança sanitária para os estudantes, o que, em sua avaliação, não é possível neste momento.

Rebeca Domingues (estudante do 4º ano de Análises Clínicas) disse que reconhece o esforço da EPSJV em oferecer uma boa formação para seus estudantes, mas ressaltou que a Escola promete formar técnicos qualificados e que, sem o estágio e as aulas práticas, ela não considera isso possível. A aluna disse que essa falha na formação vai dificultar que eles consigam um emprego e possam ajudar financeiramente suas famílias.

Rebeca disse que os estudantes têm consciência da situação atual, mas ressaltou que eles precisam dar continuidade a suas vidas e, para isso, precisam concluir sua formação de forma completa para não terminarem o curso sem uma perspectiva de emprego.

André Malhão (Lateps) disse que, em sua avaliação, o que precisa ser discutido é o que pode e o que não pode ser paralisado por conta da pandemia. Ele destacou que, em algumas situações, como o caso das aulas práticas, o remoto não substitui o presencial e que, nesses casos, é preciso buscar soluções e criar as condições para a realização das atividades presenciais da forma mais segura possível. Disse ainda que a portaria da Fiocruz também indica nesse sentido.

A coordenadora do Lateps disse que, desde o final de 2020, a posição de seu laboratório é pelo compromisso da Escola com seus estudantes. Em sua avaliação, o CD EPSJV não está conseguindo avançar no planejamento do retorno presencial, mas é preciso que isso seja feito, pois os estudantes aguardam essa decisão. Ela lembrou que outras escolas já reabriram e que não é correto negar o direito à Educação aos filhos da classe trabalhadora. Ela disse que a abertura de escolas particulares em detrimento das públicas nega o direito à Educação para os filhos da classe trabalhadora e que a EPSJV, que tem a oportunidade de reafirmar esse direito, não o está fazendo.

A coordenadora do Lateps falou sobre o texto do professor Roberto Leher (UFRJ), no qual ela defende a mobilização pela reabertura com infraestrutura adequada e emergencial para as instituições que reúnem condições para isso. Ela destacou que a EPSJV tem condições de receber seus estudantes de forma controlada e segura e que, como instituição pública, comprometida com seus estudantes para que ocupem seu espaço na sociedade de forma digna, sendo bons profissionais, deve fazer a reabertura emergencial.

A coordenadora do Lateps disse que o relato de Mônica Murito mostra outra face do Latec, que está disposto a negociar e tentar fazer um planejamento para o retorno das atividades presenciais. Ela disse que essas tentativas precisam ser legitimadas pelo CD EPSJV e questionou até quando a Escola vai ser contra a realização das aulas práticas e dos estágios.

A coordenadora do Lic-Provoc disse que, em sua avaliação, não havia possibilidade de o CD EPSJV deliberar naquela reunião, pois era necessário mais debate sobre o assunto.

A representante do Lavsa disse que o colegiado do laboratório é contra o retorno dos alunos neste momento. Ela disse que, na avaliação do laboratório, se não voltou até agora, também não precisa voltar neste momento de agravamento da pandemia.

A Direção disse que se a decisão sobre o retorno das aulas presenciais não fosse tomada naquela reunião, seria necessário agendar uma reunião extraordinária do CD EPSJV para que não houvesse um adiamento ainda maior da decisão. Sugeriu ainda que o CD EPSJV deliberasse, naquele momento, sobre a questão dos alunos mais vulnerabilizados para que eles possam ir à EPSJV para assistir às aulas remotas, pois neste caso, não haveria necessidade de implicar mais trabalhadores, além dos que já estavam indo à Escola, para recebê-los.

O CD EPSJV deliberou sobre a possibilidade que os alunos mais vulnerabilizados possam ir à Escola para acessar as aulas remotas, com o seguinte resultado:

A favor - 6 votos (Lateps, Labman, Direção, Grêmio, Lic-Provoc e Labform)

Contra – nenhum voto

Abstenção – 5 votos (Latec, Laborat, Labgestão, Lavsa e Lires)

## INFORMES

### **Processo eleitoral nas unidades da Fiocruz**

A Direção informou que a Presidência da Fiocruz está fazendo um estudo dos regimentos eleitorais das unidades para fazer uma proposta de um documento com diretrizes a serem seguidas por todas as unidades. O objetivo é que as eleições nas unidades tenham regras semelhantes às das eleições para a Presidência da Fiocruz e que não haja grandes divergências nos regulamentos das unidades. A Direção informou que, assim que receber o documento da Presidência, o encaminhará para o CD EPSJV para que ele possa ser discutido nos laboratórios e setores.

O documento sobre as diretrizes será discutido no CD Fiocruz no dia 11 de março e as unidades terão até o dia 26 de março para publicar os editais das eleições. Até o dia 15 de maio, todas as unidades devem realizar seus processos eleitorais e a posse dos novos diretores será no dia 25 de maio, quando também é comemorado o aniversário da Fiocruz.

As eleições terão votação eletrônica e a Cogetic irá assessorar todas as unidades neste processo.

### **Adesão da EPSJV ao PNLD**

A Direção informou que a Escola recebeu, no início de 2021, uma guia do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) com modificações em relação a 2020. Na nova versão, há uma integração dos conhecimentos das áreas em livros únicos, buscando materializar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por meio dos chamados projetos integradores e projetos de vida.

O grupo do Labform fez uma avaliação do material e concluiu que a qualidade e a proposta pedagógica dos livros não é compatível com a educação politécnica. Por isso, o laboratório sugeriu a recusa do material, encaminhamento que foi corroborado pela VDEI e Direção.

A Direção disse que, com isso, a Escola pode fortalecer ainda mais a produção de material didático próprio, que já é elaborado por alguns professores, tanto para o Ensino Médio, quanto para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). A Direção sugeriu, inclusive, que a Escola faça isso em parceria com outras instituições federais de ensino.

O CD EPSJV concordou com a avaliação feita pelo Labform.

#### Conselheiros Presentes

Adriana Ricão (SADM)  
Alessandro Timóteo (Chefia interina/DAE/COGIC) – convidado  
Alexandre Moreno (Labman)  
Ana Lúcia Soutto Mayor (Lic-Provoc)  
Anakeila Stauffer (Direção)  
Anamaria Corbo (Direção)  
André Dantas (Labform)  
Camila Borges (Laborat)  
Carlos Maurício (VDEI)  
Cristina Ribeiro (Chefia interina/DAE/COGIC) - convidada  
Daniel Souza (Labform)  
Etelcia Molinaro (Latec)  
Gustavo Guimarães (Cogic) - convidado  
Helifrancis Condé (CCI)  
Ingrid D'ávilla (Cogetes) – convidada  
José Mauro (Lires)  
José Orbílio (VDGDI)  
Leandro Medrado (Latec) - convidado  
Maria Amélia (Lavsa)  
Marise Ramos (Lateps)  
Raphael Guimarães (Lires)  
Raquel Moratori (Labgestão)  
Sergio Oliveira (VDPDT)

#### Participantes Presentes

Ana Beatriz Noronha  
Ana Cristina Reis  
André Malhão  
Bianca Borges  
Bianca Ribeiro  
Brenda Gomes (aluna)  
Carla Cabral  
Carlos Batistella  
Cássia dos Santos  
Cristiane Braga  
Elenice Cunha  
Fernanda Cosme  
Fernanda Martins  
Isabela Cabral  
José Mauro  
Joyce Rodrigues Geraldo De Pinho (aluna)  
Lorena Souza (aluna)

Luiz Maurício  
Márcia Valéria  
Maria Amélia  
Maria Emília  
Maria Luiza Monteiro Abreu Seabra (aluna)  
Martha Peçanha  
Matheus (aluno)  
Mônica Vieira  
Páulea Zaquini  
Rebecca Esteves Domingues (aluna)  
Renata Reis  
Sandra Martins  
Sergio Munck  
Silvio Valle  
Tainah Silva Galdino de Paula  
Telma Frutuoso  
Virgínia Finete  
Vitória Maria de Sá de Sousa (aluna)